



**Concurso Público para provimento de vagas de
Consultor Técnico-Legislativo
Categoria Inspetor de Polícia Legislativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C37', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Prova Discursiva**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Seja firme nos propósitos e aja com disciplina para alcançá-los.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 10.

A obra de arte genial dribla de algum modo o efeito debilitador da passagem do tempo e adquire o poder de dizer coisas novas a sucessivas gerações de apreciadores. As grandes obras da ciência, como os tratados hipocráticos, foram criações que marcaram época, mas que a passagem do tempo reduziu à condição de peça de antiquário. Com a arte é diferente.

A obra de arte genial transcende sua época. Mas ela é fruto de uma época. O trabalho do artista inevitavelmente reflete os valores de uma época - ou aquilo que os alemães denominam "zeitgeist", o espírito definidor de um período histórico particular.

Duzentos e cinquenta anos nos separam do nascimento de Mozart. Os seus 36 anos de intensa atividade musical transcorreram no século XVIII. Sua morte, em 1791, praticamente coincide com o desfecho dramático do século das luzes que foi a Revolução Francesa.

De tempos em tempos, surgem artistas que não se contentam em fazer escolhas dentro dos marcos definidos pelos adeptos de uma tradição estética - colegas, críticos e o público -, mas almejam ir além e escolher por si mesmos as regras do fazer criativo.

Em sua formação musical Mozart assimilou desde cedo, sob a rigorosa tutela do pai, a tradição clássica austríaca que tinha em Joseph Haydn a sua mais consumada expressão. Na juventude, Mozart se empenhou com extraordinário afincamento ao desafio de dominar essa tradição.

Seu reconhecimento definitivo veio do próprio Haydn que, em comentário feito ao pai de Mozart, afirmou: "seu filho é o maior compositor de que tenho conhecimento". Seria difícil pedir mais.

Mozart não foi um revolucionário, como Beethoven. Ele jamais se propôs a subverter os marcos da tradição na qual se fez músico. O que é assombroso constatar é que Mozart conquistou a expansão de um potencial criativo sem que precisasse abdicar de uma estrita adesão ao rigor formal clássico.

Não seria descabido especular que o peso esmagador do seu gênio tenha contribuído para impelir Beethoven a embarcar na aventura radical da ruptura romântica. Pois se é verdade, como dizia Marx, que "a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos", o que dizer de uma tradição na qual floresce um Mozart?

Como entender a gênese de um gênio da estatura de Mozart? A imagem da criança prodígio, que aos oito anos arrebatou ao piano as cortes de Londres e Versailles, pode sugerir pistas enganosas - a ideia de dons sobrenaturais ou talentos geneticamente determinados.

Como pondera o biólogo Edward Wilson, "não existe um gene para tocar bem piano. O que há é uma ampla conjunção de genes cujos efeitos favorecem destreza manual, criatividade, expressão emotiva, foco, espectro de atenção e controle de tom, ritmo e timbre. Essa conjunção também torna a criança bem-dotada propensa a tirar proveito da oportunidade certa na hora certa". Mozart foi um prodígio que se fez gênio. O seu caminho de criança prodígio a gênio maduro revela o acerto do verso de Hesíodo: "Ante os portais da excelência, os altos deuses puseram o suor".

O surgimento de um Mozart, em suma, pode ser entendido como o efeito da convergência, estatisticamente improvável, de um grande número de circunstâncias felizes: excepcional dotação genética; a fortuna de uma educação exigente numa esplêndida tradição musical; a convivência com modelos inspiradores; um clima cultural propício e uma energia pessoal vulcânica ligada a um não menos generoso impulso criador. Acidentes felizes acontecem.

Mozart certamente não tem a profundidade emotiva de Beethoven. Nem por isso, contudo, é menor que ele. Na obra de Mozart sentimos pulsar a crença na possibilidade de existência de uma ordem cósmica que nos transcende. Alguma coisa além da nossa capacidade de compreensão, mas que nos é facultado entrever ou intuir no contato com a música. Que o ânimo luminoso dessa arte esteja conosco na difícil jornada que o século 21 prenuncia.

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. **O elogio do vira-lata**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018, edição digital.)

1. Considere as afirmativas abaixo.

- I. Segundo o autor, uma obra de arte genial é aquela que possui a capacidade de sobreviver à passagem do tempo e continuar relevante para as gerações futuras.
- II. Depreende-se do texto que, ao transgredir e ultrapassar a tradição de sua época, tal qual Haydn, Mozart atingiu o ápice da qualidade de uma obra musical.
- III. O autor evoca o argumento de Marx, segundo o qual "a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos" (8º parágrafo), para embasar a ideia de que, diante do peso da tradição, Beethoven optou pela ruptura romântica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



2. "Ante os portais da excelência, os altos deuses puseram o suor". (10º parágrafo)

A afirmação acima corrobora a ideia do autor de que

- (A) apenas aqueles cujo talento foi determinado geneticamente conseguem atingir o patamar de artistas como Mozart ou Beethoven.
- (B) o sucesso de Mozart é antes um dote divino do que um fenômeno explicável.
- (C) o esplendor da música de Mozart refuta as bases teóricas do Iluminismo, movimento filosófico caracterizado pela crença no poder da razão.
- (D) a genialidade de Mozart define-se pela combinação entre esforço e talento.
- (E) a obra de Beethoven deve ser considerada superior à de Mozart devido a sua liberdade criativa.

3. Está correta a pontuação da frase adaptada do texto que se encontra em:

- (A) Alguns artistas não se contentam em fazer escolhas dentro dos marcos definidos pelos adeptos de uma tradição estética (colegas, críticos e o público), mas almejam ir além.
- (B) As grandes obras, da ciência (como os tratados hipocráticos), foram criações que, marcaram época.
- (C) Essa conjunção, também torna a criança bem-dotada: propensa a tirar proveito da oportunidade certa, na hora certa.
- (D) Pode-se especular que, o peso esmagador do seu gênio tenha contribuído para impelir Beethoven a uma aventura radical.
- (E) Na obra de Mozart, sentimos pulsar, a crença na possibilidade de existência de uma ordem cósmica.

4. A imagem da criança prodígio, que aos oito anos arrebatou ao piano as cortes de Londres e Versailles, pode sugerir pistas enganosas... (9º parágrafo)

Na frase acima, a oração isolada por vírgulas assinala:

- (A) conclusão.
- (B) causa.
- (C) consequência.
- (D) finalidade.
- (E) explicação.

5. O verbo em destaque deve sua flexão ao termo sublinhado em:

- (A) *As grandes obras da ciência, como os tratados hipocráticos, foram criações que marcaram época, mas que a passagem do tempo **reduziu** à condição de peça de antiquário.*
- (B) *A obra de arte genial dribla de algum modo o efeito debilitador da passagem do tempo e **adquire** o poder de dizer coisas novas a sucessivas gerações de apreciadores.*
- (C) *O trabalho do artista inevitavelmente reflete os valores de uma época – ou aquilo que os alemães **denominam** "zeitgeist", o espírito definidor de um período histórico particular.*
- (D) *Em sua formação musical Mozart assimilou desde cedo, sob a rigorosa tutela do pai, a tradição clássica austríaca que **tinha** em Joseph Haydn a sua mais consumada expressão.*
- (E) *Sua morte, em 1791, praticamente **coincide** com o desfecho dramático do século das luzes que foi a Revolução Francesa.*

6. Atente para o que se afirma abaixo a respeito da pontuação do texto.

- I. Na frase *Nem por isso, contudo, é menor que ele* (último parágrafo), as vírgulas podem ser suprimidas, sem prejuízo para a correção e o sentido.
- II. No segmento *Em sua formação musical Mozart assimilou desde cedo, sob a rigorosa tutela do pai...* (5º parágrafo), uma vírgula pode ser inserida imediatamente após "Mozart" sem prejuízo para o sentido.
- III. No segmento *circunstâncias felizes: excepcional dotação genética...* (11º parágrafo), o sinal de dois-pontos introduz uma enumeração explicativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.



7. A frase que pode ser transposta para a voz passiva está em:
- (A) *Acidentes felizes acontecem.*
 - (B) *Mas ela é fruto de uma época.*
 - (C) *... Mozart conquistou a expansão de um potencial criativo...*
 - (D) *Sua morte, em 1791, praticamente coincide com o desfecho dramático do século das luzes...*
 - (E) *De tempos em tempos, surgem artistas que...*
-
8. As normas de concordância estão respeitadas na frase:
- (A) Oferece-se, no contato com a música, coisas que estão além da nossa capacidade de compreensão, mas que conseguimos entrever ou intuir.
 - (B) Pulsam nas músicas compostas por Mozart a crença na possibilidade de existência de uma ordem cósmica capaz de nos transcender.
 - (C) Sabe-se que a destreza manual, a criatividade e a expressão emotiva podem ser favorecidas por alguns genes, desde que estejam agrupados de determinada maneira.
 - (D) Ecoa, na análise a respeito do patamar de genialidade alcançado por Mozart, os sábios versos do poeta Hesíodo.
 - (E) Há crianças, como o prodigioso Mozart, cujas habilidades especiais e determinadas conjunções as torna mais aptas a aproveitar a oportunidade certa.
-
9. ... mas que a passagem do tempo reduziu à condição de peças de antiquário. (1º parágrafo)
- A frase da frase acima deve ser mantida, sem que nenhuma outra modificação seja feita, substituindo-se o segmento sublinhado por
- (A) uma mera antiguidade sem relevância.
 - (B) situação de documento ultrapassado.
 - (C) obras que interessam aos museus.
 - (D) dogmas ultrapassados.
 - (E) axiomas que despertam a curiosidade.
-
10. No contexto, o termo sublinhado pode ser corretamente substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *Ele jamais se propôs a subverter os marcos da tradição na qual se fez músico.* (aonde)
 - (B) *Como pondera o biólogo Edward Wilson...* (À medida que)
 - (C) *Nem por isso, contudo, é menor que ele.* (conquanto)
 - (D) *Mozart certamente não tem a profundidade emotiva de Beethoven.* (decerto)
 - (E) *Pois se é verdade, como dizia Marx (Por isso)*
-
11. O comentário escrito com correção e lógica está em:
- (A) O percurso de Mozart rumo à originalidade, apesar de seu talento instrumental precoce, foi pautado por muito estudo e dedicação.
 - (B) Ocupa lugar de destaque os concertos para piano, escritos por Mozart entre 1767 e 1791.
 - (C) À medida que Mozart se alçava a plenitude do seu poder criador, ao mesmo tempo eleva-se os concertos para piano.
 - (D) Mesmo contando com vasto talento precoce e, em boa medida inato, Mozart nem por isso, deixou de dedicar muito tempo ao estudo da música.
 - (E) A publicação de certos concertos de Mozart, à época em que foi escrito, foi negado, pela suposta dificuldade e falta de apelo ao grande público.
-
12. *Ao contrário do que ocorreria mais tarde, no momento em que a cisão entre os adeptos da razão, de um lado, e os adeptos da emoção, de outro, provocaria uma fragmentação da consciência europeia, no século XVIII prevalecia uma cultura bem integrada, em que poetas enalteciam os feitos da ciência e pensadores celebravam as realizações da arte.*
(Adaptado de: Giannetti. *Op.cit.*)
- Considerando as relações de sentido estabelecidas no texto acima, afirma-se corretamente:
- (A) Os verbos *ocorreria* e *prevalecia* estão flexionados nos mesmos tempo e modo, com a finalidade de indicar uma hipótese.
 - (B) O segmento *no momento em que* pode ser substituído por “quando”.
 - (C) O segmento *em que poetas* pode ser substituído por “cujo os poetas”
 - (D) O segmento *Ao contrário* pode ser substituído por “A despeito”.
 - (E) Os segmentos *os feitos da ciência* e *uma cultura bem integrada* exercem a mesma função sintática.



13. No Iluminismo, arte e ciência ainda não constituam duas atividades separadas por um abismo de incompreensão e hostilidade recíprocas.

Mantém-se a correção gramatical da frase acima substituindo-se o elemento sublinhado por:

- (A) se afigurava
- (B) tinha configurado
- (C) haveriam de lhe tornar
- (D) haviam se tornado
- (E) há de se tornar

14. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural para preencher corretamente a lacuna da seguinte frase:
- (A) Quando não se (distingue) nas obras de Mozart o esforço empreendido, atribui-se um caráter divino ao talento do compositor.
 - (B) A arte de Mozart (expressar) os valores e os ideais do Iluminismo como nenhuma outra.
 - (C) A arquitetura límpida e a perfeição melódica dos concertos para piano de Mozart (evocar) a ideia de um mundo harmônico.
 - (D) A grandiosa produção de obras-primas dos anos de maturidade de Mozart (comover) até hoje os amantes da música.
 - (E) (Render) a Mozart enorme êxito artístico e financeiro a estratégia de lançar-se como solista de suas composições.

15. – Regras e restrições que devem ser respeitadas no trabalho de criação são estabelecidas por uma tradição estética.
– O artista internaliza pouco a pouco regras e restrições de uma tradição estética.
– O artista exerce sua criatividade dentro dos limites que as regras e restrições de uma tradição estética impõem.

As principais ideias das afirmações acima estão articuladas com correção e coerência em:

- (A) A despeito de haver regras e restrições de uma tradição estética a serem respeitadas no trabalho de criação, o artista, o qual deve lhes internalizar, pode exercer sua criatividade, desde que contido pelos limites que lhe impõe tal tradição.
- (B) Ao passo que uma tradição estética estabelece regras e restrições que devem ser respeitadas pelo artista, no trabalho de criação, o qual lhes internaliza, podendo exercer sua criatividade dentro de tais limites.
- (C) Uma vez que o artista internaliza as regras e restrições impostas por uma tradição estética, a qual deve ser respeitada, o artista exerce sua criatividade dentro dos limites que lhes impõem.
- (D) As regras e restrições que se estabelece em uma tradição estética devem ser respeitadas no trabalho de criação. Desde que as internalizem, o artista passa a exercer sua criatividade, ainda que delimitada pelas restrições impostas.
- (E) Uma tradição estética estabelece regras e restrições que devem ser respeitadas no trabalho de criação. À medida que as internaliza, o artista exerce sua criatividade dentro dos limites impostos por elas.

Processo Legislativo

16. Depende de autorização legislativa:
- (A) a nomeação do chefe da administração tributária do Distrito Federal.
 - (B) a cessão de uso e o comodato de bens imóveis do Distrito Federal.
 - (C) a subvenção a cultos religiosos, desde que aprovada por maioria absoluta dos Deputados Distritais.
 - (D) a decretação de situação de emergência e estado de calamidade pública no Distrito Federal.
 - (E) o Presidente da República conceder indulto e comutar penas.
17. Sobre a resolução da Câmara Legislativa, é correto afirmar:
- (A) Trata-se de lei que, com este nome, discipline, com efeito externo, matéria da competência privativa da Câmara Legislativa.
 - (B) Submete-se, no que se refere ao veto total ou parcial oposto pelo chefe do Executivo, a um processo legislativo sumário.
 - (C) Trata-se de lei que, com este nome, discipline matéria que a Lei Orgânica determine como seu objeto, aprovada por maioria absoluta.
 - (D) Trata-se de lei que, com este nome, discipline, com efeito interno, matéria da competência privativa da Câmara Legislativa.
 - (E) A sua promulgação é atribuição da Mesa Diretora da Câmara Legislativa.



18. O veto oposto pelo chefe do Executivo a projeto de lei
- (A) será político quando versar sobre a juridicidade do projeto.
 - (B) pode ser uma forma de controle prévio de constitucionalidade, a depender de seu teor.
 - (C) é admitido quando tratar-se de veto tácito, e importa na devolução do projeto ao Poder Legislativo.
 - (D) poderá incidir sobre trechos ou palavras de artigos ou parágrafos.
 - (E) devolve a matéria vetada ao Legislativo, que poderá rejeitar o veto pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.
-
19. As Comissões Parlamentares de Inquérito,
- (A) ao serem criadas, importarão em exceção ao princípio da separação dos poderes, mesmo que não venham a ser instaladas.
 - (B) no âmbito territorial do Distrito Federal, podem determinar busca e apreensões e medidas de natureza cautelar como a indisponibilidade de bens.
 - (C) se amparadas por ordem judicial emitida por juiz competente do Distrito Federal, podem acessar informações acobertadas pelo sigilo fiscal, telefônico e bancário.
 - (D) têm determinações consideradas atos *interna corporis* e, por isso, não se submetem à revisão judicial.
 - (E) no âmbito do Distrito Federal, são criadas por um terço dos deputados distritais ou por iniciativa popular, independentemente de aprovação do requerimento, uma vez atendidos os requisitos formais.
-
20. Sobre a Corregedoria da Câmara Legislativa, é correto afirmar:
- (A) É exercida por um Procurador Legislativo, eleito para o cargo de Corregedor na mesma data da eleição dos Presidentes das Comissões Permanentes, para mandato de um ano, permitida a recondução.
 - (B) Compete ao Corregedor inspecionar, periodicamente, os processos referentes às proposições.
 - (C) Compete ao Corregedor substituir o Presidente da Câmara Legislativa em suas faltas e impedimentos.
 - (D) O Corregedor pode ser membro efetivo ou suplente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.
 - (E) Compete determinar, pelo Corregedor, que não seja registrado discurso ou aparte pela taquigrafia, quando antirregimental.
-
21. Sobre a deliberação parlamentar, diz-se que:
- (A) constitui-se em etapa autônoma do processo legislativo ordinário, dele não fazendo parte.
 - (B) considera-se aprovada, desde que por manifestação favorável da maioria qualificada, a proposta de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal e o projeto de lei que crie ou extinga Região Administrativa.
 - (C) sobre matéria que exija maioria qualificada, exige-se a presença de, pelo menos, três quintos dos membros da Câmara Legislativa.
 - (D) as matérias cuja deliberação se dará por maioria simples encontram-se expressamente elencadas na Lei Complementar nº 13/1996.
 - (E) não aprovará projeto algum se o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.
-
22. *O exame dos dados relacionados à produção legislativa da Câmara dos Deputados e ao comportamento dos partidos em plenário não deixa dúvida quanto à forte influência do Executivo nas decisões tomadas pelo Legislativo, e quanto à ação disciplinada dos deputados vis-à-vis a determinação das lideranças. Diagnóstico forte e contrário à boa parte do que se tem produzido sobre a política brasileira em anos recentes. O argumento autoriza, ademais, a visão de um sistema político estável e perfeitamente capaz de produzir políticas públicas de acordo com a vontade de governos e maiorias eleitos de forma legítima. O presidente seria o elemento central de coordenação do comportamento dos agentes políticos [...]*
- (SANTOS, Fabiano (org). **O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 17)
- Considerando o trecho acima, é correto afirmar:
- (A) segundo o estudo, o Executivo como instrumento de racionalização da atividade parlamentar e a ação disciplinada das bancadas permitem a adoção das escolhas alocativas majoritárias.
 - (B) segundo o estudo, o Executivo exerce um poder de agenda em relação ao parlamento, o que não necessariamente significa uma maior racionalização dos trabalhos parlamentares, dada a indisciplina partidária.
 - (C) de acordo com o estudo, o “ultrapresidencialismo” brasileiro manietta a vontade popular expressa pelos seus representantes com assento nas casas legislativas.
 - (D) o Executivo exerce um poder de agenda em relação ao parlamento por meio das lideranças dos partidos que sustentam o governo.
 - (E) é preciso uma reforma política para diminuir a influência do Executivo e ampliar os espaços de participação política direta da população.



23. A previsão constitucional da Polícia do Legislativo decorre diretamente do princípio
- (A) da separação vertical dos Poderes.
 - (B) da separação horizontal dos Poderes.
 - (C) da separação temporal dos Poderes.
 - (D) do Estado Democrático de Direito.
 - (E) da separação social dos Poderes.

Realidade do Distrito Federal

24. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, Brasília cresceu, respectivamente, em porcentagem e número de habitantes:
- (A) 2,09%, ultrapassando 3 milhões de habitantes.
 - (B) 1,5%, ultrapassando 3 milhões de habitantes.
 - (C) 2,09%, chegando a 2 milhões de habitantes.
 - (D) 0,5%, chegando a 1,5 milhão de habitantes.
 - (E) 1,5%, ultrapassando 2 milhões de habitantes.

-
25. O político goiano nomeado governador biônico pelo então presidente José Sarney foi
- (A) José Aparecido de Oliveira.
 - (B) Hélio Prates da Silveira.
 - (C) Joaquim Roriz.
 - (D) Ronaldo Costa Couto.
 - (E) José Ornellas de Souza Filho.

-
26. Juscelino Kubitschek lançou o concurso para a escolha do Plano Piloto, o projeto básico do desenho da Capital Federal, que teve Lucio Costa como vencedor. O arquiteto Oscar Niemeyer, parceiro de Lucio Costa, foi integrado ao projeto por
- (A) ter trabalhado com Le Corbusier no projeto do Ministério da Educação do Rio de Janeiro, Lucio Costa decidiu convidar seu antigo estagiário para trabalhar na construção de Brasília.
 - (B) já ser componente da equipe de Lucio Costa, de quem fora estagiário e com ele já havia desenvolvido diversos projetos, inclusive colaborando com o arquiteto suíço, Le Corbusier.
 - (C) ter vencido novo concurso para a escolha do segundo arquiteto. Pesou na escolha o seu renome internacional.
 - (D) ter recebido o Prêmio Pritzker, a mais alta distinção da Arquitetura, e ter se tornado um arquiteto renomado internacionalmente.
 - (E) ter trabalhado com Juscelino Kubitschek na construção do Complexo da Pampulha.

-
27. Mesmo que de maneira interina, o Distrito Federal teve três governadoras:
- (A) Maria de Lourdes Abadia, Ada de Lucca e Márcia Kubitschek.
 - (B) Sarah Kubitschek, Maerle Lima e Maria de Lourdes Abadia.
 - (C) Márcia Kubitschek, Arlete Avelar Sampaio e Maria de Lourdes Abadia.
 - (D) Maerle Lima, Ada de Lucca e Maria de Lourdes Abadia.
 - (E) Melissa Gontijo, Carla Lobo e Mayra Perin.

-
28. Bernardo Sayão Carvalho Araújo, engenheiro carioca, nomeado diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), realizou, em 1955, obra estratégica para o sucesso da construção da nova Capital Federal, que foi
- (A) o Aeroporto de Brasília.
 - (B) a Praça dos Três Poderes.
 - (C) a Rodovia Belém-Brasília (BR-010).
 - (D) o Plano Piloto.
 - (E) o Eixo Rodoviário (Eixão).

**Língua Estrangeira: Inglês**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 29 e 30.

Family-Based Immigrant Visas

Two groups of family based immigrant visa categories, including immediate relatives and family preference categories, are provided under the provisions of United States immigration law, specifically the Immigration and Nationality Act (INA). As the first step, a sponsoring relative must file a Petition for Alien Relative, Form I-130 with the Department of Homeland Security, U.S. Citizenship and Immigration Services (USCIS).

Immediate Relative Immigrant Visas (Unlimited): *These visa types are based on a close family relationship with a United States (U.S.) citizen described as an Immediate Relative (IR). The number of immigrants in these categories is not limited each fiscal year. Immediate relative visa types include:*

- **IR-1: Spouse of a U.S. Citizen**
Note: A spouse is a legally wedded husband or wife. Merely living together does not qualify a marriage for immigration.
- **IR-2: Unmarried Child Under 21 Years of Age of a U.S. Citizen**
- **IR-3: Orphan adopted abroad by a U.S. Citizen**
- **IR-4: Orphan to be adopted in the U.S. by a U.S. citizen**
- **IR-5: Parent of a U.S. Citizen who is at least 21 years old**

Family Preference Immigrant Visas (Limited): *These visa types are for specific, more distant, family relationships with a U.S. citizen and some specified relationships with a Lawful Permanent Resident (LPR). There are fiscal year numerical limitations on family preference immigrants, shown at the end of each category. The family preference categories are:*

- **Family First Preference (F1):** *Unmarried sons and daughters of U.S. citizens, and their minor children, if any. (23,400)*
- **Family Second Preference (F2):** *Spouses, minor children, and unmarried sons and daughters (age 21 and over) of LPRs. At least seventy-seven percent of all visas available for this category will go to the spouses and children; the remainder is allocated to unmarried sons and daughters. (114,200)*
- **Family Third Preference (F3):** *Married sons and daughters of U.S. citizens, and their spouses and minor children. (23,400)*
- **Family Fourth Preference (F4):** *Brothers and sisters of U.S. citizens, and their spouses and minor children, provided the U.S. citizens are at least 21 years of age. (65,000)*

Note: Grandparents, aunts, uncles, in-laws, and cousins cannot sponsor a relative for immigration.

Numerical Limitations for Limited Family-Based Preference Categories

Whenever the number of qualified applicants for a category exceeds the available immigrant visas, there will be an immigration wait. In this situation, the available immigrant visas will be issued in the chronological order in which the petitions were filed using their priority date.

(Adapted from: <https://travel.state.gov/content/travel/en/us-visas/immigrate/family-immigration/family-based-immigrant-visas.html#1>)

29. Segundo o texto,

- (A) a emissão de vistos de imigração para cônjuges de cidadãos americanos e de residentes legais permanentes é ilimitada.
- (B) qualquer pedido de visto de imigração baseado em parentesco deve ser precedido por uma petição de imigração protocolada pelo parente americano junto ao USCIS (U.S. Citizenship and Immigration Services).
- (C) órfãos adotados por cidadãos americanos, tanto no exterior quanto nos Estados Unidos, dispensam a petição de imigração.
- (D) filhos casados de residentes legais permanentes também podem solicitar um visto de imigração baseado em parentesco.
- (E) cidadãos americanos menores de idade também podem protocolar uma petição de imigração para seus irmãos, desde que esses tenham ao menos 21 anos de idade.

30. De acordo com o texto,

- (A) filhos de pais solteiros, mesmo que esses sejam filhos de cidadãos americanos, não preenchem os requisitos para obter o visto F1.
- (B) cerca de 3/4 dos vistos da categoria F2 são destinados a cônjuges e filhos menores e maiores de Residentes Legais Permanentes.
- (C) sogros de cidadãos americanos não podem patrocinar a imigração de parentes.
- (D) vistos não concedidos por excederem o número disponível naquele ano fiscal devem ser solicitados novamente.
- (E) há um claro esforço para que os limites dos vistos de imigração baseados em parentesco sejam revistos.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 29 e 30.

Un estudio de crisis pasadas indica que Brasil vive la peor recuperación de su historia

21/05/2018 – 16H05

PUBLICIDAD

ALEXA SALOMÃO

FLAVIA LIMA

DE SÃO PAULO

Para los economistas que evalúan los datos sobre crecimiento, cada vez está más claro que Brasil vive el ciclo más lento de recuperación económica de la historia.

Tras analizar ocho recesiones brasileñas desde la década de 1980, los especialistas han llegado a la conclusión de que la economía nunca tardó tanto en reaccionar, de acuerdo con el parecer del economista Affonso Celso Pastore y la base de series históricas del PIB (Producto Interno Bruto).

Han pasado cuatro trimestres desde el final de la última recesión económica en Brasil, pero el crecimiento del país es meramente del 2.2% puntos porcentuales por encima de la caída que experimentó en el cuarto trimestre de 2016. En la recuperación de 1998, considerada la más lenta hasta el momento, la economía, a estas alturas, ya estaba en 4,2% por encima del mínimo.

(...)

Traducido por AZAHARA MARTÍN

(Disponível em: www1.folha.uol.com.br/internacional/es/economia/2018/05/1969207)

29. De acordo com o texto, em qual alternativa aparecem os verbos conjugados em Pretérito Perfecto Compuesto e Pretérito Perfecto Simple (Pret. Indefinido) do Indicativo, respectivamente?

- (A) han llegado, han pasado, tardó, experimentó.
- (B) han llegado, tardó, han pasado, experimentó.
- (C) tardó, experimentó, han llegado, han pasado.
- (D) tardó, han llegado, experimentó, han pasado.
- (E) han llegado, experimentó, tardó, han llegado.

30. Nos baseando no último parágrafo do texto, que está em Discurso Direto, como fica a transcrição do mesmo em Discurso Indireto?

- (A) Los economistas evaluaron que han pasado cuatro trimestres desde el final de la última recesión económica en Brasil, pero el crecimiento del país es meramente del 2.2% puntos porcentuales por encima de la caída que experimentó en el cuarto trimestre de 2016. En la recuperación de 1998, considerada la más lenta hasta el momento, la economía, a estas alturas, ya estaba en 4,2% por encima del mínimo.
- (B) Los economistas evaluaron que habían pasado cuatro trimestres desde el final de la última recesión económica en Brasil, pero el crecimiento del país es meramente del 2.2% puntos porcentuales por encima de la caída que había experimentado en el cuarto trimestre de 2016. En la recuperación de 1998, considerada la más lenta hasta el momento, la economía, a estas alturas, ya estaba en 4,2% por encima del mínimo.
- (C) Los economistas evaluaron que habían pasado cuatro trimestres desde el final de la última recesión económica en Brasil, pero el crecimiento del país era meramente del 2.2% puntos porcentuales por encima de la caída que había experimentado en el cuarto trimestre de 2016. En la recuperación de 1998, considerada la más lenta hasta el momento, la economía, a esas alturas, ya estaba en 4,2% por encima del mínimo.
- (D) Los economistas evaluaron que han pasado cuatro trimestres desde el final de la última recesión económica en Brasil, pero el crecimiento del país era meramente del 2.2% puntos porcentuales por encima de la caída que había experimentado en el cuarto trimestre de 2016. En la recuperación de 1998, considerada la más lenta hasta el momento, la economía, a estas alturas, ya estaba en 4,2% por encima del mínimo.
- (E) Los economistas evaluaron que habían pasado cuatro trimestres desde el final de la última recesión económica en Brasil, pero el crecimiento del país era meramente del 2.2% puntos porcentuales por encima de la caída que experimentó en el cuarto trimestre de 2016. En la recuperación de 1998, considerada la más lenta hasta el momento, la economía, a esas alturas, ya estaba en 4,2% por encima del mínimo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Hanna, filha de mãe brasileira e pai estrangeiro, nasceu fora do Brasil, enquanto seus pais estavam de férias no exterior, e não foi registrada em repartição brasileira. Durante parte de sua infância e adolescência, Hanna viveu em diferentes países e, quando completou quinze anos, veio com sua família para o Brasil para aqui ficar em definitivo. Já no Brasil, Hanna conheceu Jacinta, uma africana de 35 anos, oriunda de país que tem o idioma português como oficial, que manifestou a ela o desejo de se tornar brasileira, incentivando Hanna a fazer o mesmo. Considerando apenas os dados aqui fornecidos, de acordo com a Constituição Federal, Hanna
- (A) não será considerada brasileira nata, pois não houve o registro na repartição brasileira quando de seu nascimento, mas poderá naturalizar-se se cumpridos os requisitos legais para tanto, ao passo que Jacinta poderá naturalizar-se brasileira se comprovar residência ininterrupta por, no mínimo, quinze anos no Brasil e idoneidade moral, e desde que não tenha condenação à pena de reclusão.
 - (B) não será considerada brasileira nata, pois não houve o registro na repartição brasileira quando de seu nascimento, mas poderá naturalizar-se se cumpridos os requisitos legais para tanto, ao passo que Jacinta poderá naturalizar-se brasileira se comprovar residência ininterrupta por, no mínimo, dois anos no Brasil e idoneidade moral.
 - (C) será considerada brasileira nata se optar, até quatro anos depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, ao passo que Jacinta poderá naturalizar-se brasileira se comprovar residência ininterrupta por, no mínimo, quinze anos no Brasil e idoneidade moral, e desde que não tenha condenação penal.
 - (D) será considerada brasileira nata se optar, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, ao passo que Jacinta poderá adquirir a nacionalidade brasileira, na forma da lei, tornando-se brasileira naturalizada se comprovar residência ininterrupta por, no mínimo, um ano no Brasil e idoneidade moral.
 - (E) será considerada brasileira nata se optar, em qualquer tempo, depois de adquirida a capacidade civil, pela nacionalidade brasileira, ao passo que Jacinta poderá naturalizar-se brasileira se comprovar residência ininterrupta por, no mínimo, cinco anos no Brasil e idoneidade moral.
-
32. Filomena, professora aposentada, 65 anos de idade, é brasileira naturalizada e possui domicílio eleitoral no Distrito Federal. Considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal, Filomena
- (A) não poderá ser candidata a Presidente ou Vice-Presidente da República, sendo, para ela, obrigatório o voto.
 - (B) poderá ser candidata a Presidente ou Vice-Presidente da República, sendo, para ela, facultativo o voto.
 - (C) poderá ser candidata a Governadora do Estado de São Paulo, sendo, para ela, facultativo o voto.
 - (D) não poderá ser candidata a Governadora do Distrito Federal, sendo, para ela, obrigatório o voto.
 - (E) não poderá ser candidata a Presidente ou Vice-Presidente da República, sendo, para ela, facultativo o voto.
-
33. Suponha que na eleição para a Presidência da República, antes da necessária realização do segundo turno, o candidato mais votado em primeiro turno desista da candidatura para cuidar de sua saúde. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais idoso e, havendo mais de um candidato com a mesma idade, qualificar-se-á o de maior votação.
 - (B) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação e, se remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.
 - (C) considerar-se-á eleito o segundo candidato mais votado, sem a necessidade de realização de segundo turno da eleição.
 - (D) realizar-se-á nova eleição, em turno único, com todos os candidatos remanescentes, sendo considerado eleito aquele que obtiver a maior votação.
 - (E) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação e, se remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais jovem.
-
34. De acordo com o Código Eleitoral, os candidatos a Senador, Vice-Governador e Deputado Estadual serão registrados
- (A) nos Tribunais Regionais Eleitorais, o primeiro, e nos Juízos Eleitorais os demais candidatos.
 - (B) no Tribunal Superior Eleitoral, o primeiro, e nos Tribunais Regionais Eleitorais, os demais candidatos.
 - (C) no Tribunal Superior Eleitoral, o primeiro, nos Tribunais Regionais Eleitorais, o segundo, e nos Juízos Eleitorais, o terceiro candidato.
 - (D) nos Tribunais Regionais Eleitorais, os três candidatos.
 - (E) nos Juízos Eleitorais, os três candidatos.
-
35. De acordo com a disciplina relativa às Forças Armadas na Constituição Federal,
- (A) o militar, ainda que em serviço ativo, poderá filiar-se a partidos políticos, não podendo, entretanto, exercer cargo eletivo.
 - (B) o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese de cargo ou emprego privativo de profissionais da saúde, será transferido para a reserva, nos termos da lei.
 - (C) o militar da ativa que tomar posse em qualquer função pública civil temporária, não eletiva, ficará sempre agregado ao respectivo quadro, podendo ser promovido por antiguidade ou merecimento, enquanto permanecer nessa situação.
 - (D) as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude apenas aos oficiais da ativa.
 - (E) não é permitida a atribuição, pelas Forças Armadas, de serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência decorrente de crença religiosa para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.



36. À luz do sistema constitucional vigente, o Poder Judiciário exercerá o controle repressivo da constitucionalidade da lei federal, em face da Constituição Federal,
- (A) exclusivamente pela via da ação direta de inconstitucionalidade proposta pelas pessoas autorizadas pela Constituição Federal, como o Procurador-Geral da República.
 - (B) exclusivamente pela via da ação declaratória de constitucionalidade proposta pelas pessoas autorizadas pela Constituição Federal, como o Presidente da República.
 - (C) em caráter difuso, pelos juízes e tribunais, evidentemente nos processos submetidos à sua apreciação, ou em caráter concentrado, exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (D) exclusivamente em caráter concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, quando a decisão recorrida houver declarado a inconstitucionalidade da lei.
 - (E) pela via das ações diretas de inconstitucionalidade e ações declaratórias de constitucionalidade, sendo que as decisões de mérito, proferidas apenas nas primeiras, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante circunscrito aos demais órgãos do Poder Judiciário.
-
37. Prover os cargos públicos federais, na forma da lei, e decretar o estado de sítio são atribuições de competência privativa do Presidente da República. De acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República poderá delegar
- (A) apenas a primeira atribuição mencionada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.
 - (B) ambas as atribuições mencionadas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.
 - (C) apenas a segunda atribuição mencionada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.
 - (D) ambas as atribuições mencionadas somente aos Ministros de Estado ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.
 - (E) apenas a segunda atribuição mencionada exclusivamente aos Ministros de Estado, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.
-
38. De acordo com o processo de elaboração de emendas à Constituição estabelecido no próprio texto constitucional, a
- (A) proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em um único turno de votação, considerando-se aprovada se obtiver, em ambas, o voto da maioria absoluta dos respectivos membros.
 - (B) proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em um único turno, considerando-se aprovada se obtiver, em ambas, dois quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (C) matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
 - (D) proposta de emenda será discutida e votada em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, em um único turno de votação, considerando-se aprovada se obtiver o voto da maioria absoluta de seus membros.
 - (E) Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, nem de estado de sítio, sendo possível emendá-la, na vigência de estado de defesa, desde que mediante proposta de iniciativa do Presidente da República e aprovação por dois terços dos membros do Congresso Nacional.

Direito Administrativo

39. Nina tem 55 anos de idade e exerce efetivamente o mesmo cargo público distrital há dez anos. Considerando que possui trinta anos de tempo de contribuição, em conformidade com a Lei Complementar Distrital nº 769/2008, Nina
- (A) não fará jus à aposentadoria voluntária por idade pois, apesar de preencher o requisito cinquenta e cinco anos de idade, não preenche os requisitos: tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal e tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.
 - (B) não fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição pois, apesar de preencher os requisitos: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal e tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, não preenche os requisitos sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição.
 - (C) fará jus à aposentadoria voluntária por idade, já que preenche, cumulativamente, os requisitos: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal; tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria e cinquenta e cinco anos de idade, independentemente do tempo de contribuição.
 - (D) não fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, pois não preenche, cumulativamente, os requisitos: tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal; tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; sessenta anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição.
 - (E) fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, já que preenche, cumulativamente, os requisitos: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal; tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição.



40. Alberto exercia cargo público no Distrito Federal quando foi demitido, porém, a sua demissão foi invalidada por decisão judicial. Nesse caso, em conformidade com a Lei Complementar Distrital nº 840/2011, haverá a
- (A) reintegração de Alberto no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, devendo retornar ao exercício do cargo em cinco dias úteis contados da data em que tomou ciência do ato de reintegração, considerando-se faltas injustificadas o seu não retorno ao serviço, configurando abandono do cargo se tais faltas ocorrerem por mais de trinta dias consecutivos ou inassiduidade habitual se ocorrerem por mais de sessenta dias, interpoladamente, no período de doze meses.
 - (B) reversão de Alberto no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, devendo retornar ao exercício do cargo em 15 dias úteis, contados da data em que tomou ciência da reversão, considerando-se faltas injustificadas o seu não retorno ao serviço, configurando abandono do cargo se tais faltas ocorrerem por mais de trinta dias consecutivos ou inassiduidade habitual se ocorrerem por mais de sessenta dias, interpoladamente, no período de doze meses.
 - (C) recondução de Alberto no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, devendo retornar ao exercício do cargo até o dia seguinte ao da ciência do ato de recondução, considerando-se faltas injustificadas o seu não retorno ao serviço, configurando abandono do cargo se tais faltas ocorrerem por mais de trinta dias consecutivos ou inassiduidade habitual se ocorrerem por mais de sessenta dias, interpoladamente, no período de doze meses.
 - (D) reintegração de Alberto no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, devendo retornar ao exercício do cargo em quinze dias úteis contados da data em que tomou ciência do ato de reintegração, considerando-se faltas injustificadas o seu não retorno ao serviço, configurando abandono do cargo se tais faltas ocorrerem por mais de sessenta dias consecutivos ou inassiduidade habitual se ocorrerem por mais de trinta dias, interpoladamente, no período de doze meses.
 - (E) recondução de Alberto no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, devendo retornar ao exercício do cargo em até cinco dias contados da ciência do ato de recondução, considerando-se faltas injustificadas o seu não retorno ao serviço, configurando abandono do cargo se tais faltas ocorrerem por mais de sessenta dias consecutivos ou inassiduidade habitual se ocorrerem por mais de trinta dias, interpoladamente, no período de doze meses.
-
41. A Administração Pública anunciou licitação para a realização de uma obra. Como os trabalhos relativos ao projeto básico estavam demorando para serem concluídos, mesmo sem a aprovação dessa etapa a autoridade competente deu sequência ao certame e aos trabalhos referentes ao projeto executivo. O projeto executivo também não foi concluído e, com a autorização da Administração, desenvolveu-se concomitantemente com a execução da obra contratada. Nesse panorama, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, a execução da etapa referente ao projeto executivo sem a conclusão e aprovação pela autoridade competente dos trabalhos relativos ao projeto básico
- (A) e o desenvolvimento do projeto executivo concomitantemente com a execução da obra implicam a nulidade dos atos ou contratos realizados.
 - (B) implica a nulidade dos atos ou contratos realizados, contudo o desenvolvimento do projeto executivo concomitantemente com a execução da obra não é vedado, já que autorizado pela Administração.
 - (C) e o desenvolvimento do projeto executivo concomitantemente com a execução da obra são permitidos, desde que autorizados pela Administração.
 - (D) não é vedada, desde que autorizada pela Administração, contudo o desenvolvimento do projeto executivo concomitantemente com a execução da obra implicam a nulidade dos atos ou contratos realizados.
 - (E) e o desenvolvimento do projeto executivo concomitantemente com a execução da obra são permitidos, desde que o objeto da licitação inclua marcas, características e especificações exclusivas, havendo, nesse caso, obrigatoriamente, a necessidade de autorização da Administração.
-
42. Na fase de instrução de um determinado processo administrativo que envolvia assunto de interesse geral, o órgão competente abriu período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido. Considerando a Lei Federal nº 9.784/1999, tal consulta é possível,
- (A) não havendo necessidade de justificativa escrita no processo, devendo ser divulgada pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas. Se houver prejuízo para a parte interessada, o terceiro responsável que compareceu à consulta fica sujeito ao pagamento de indenização por danos decorrentes de suas alegações.
 - (B) pois se trata de assunto de interesse geral, não havendo necessidade de justificativa escrita no processo, devendo ser divulgada pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas. O comparecimento a essa consulta confere ao terceiro, por si, a condição de interessado no processo, devendo ele acompanhá-lo, por representação, até a sua extinção.
 - (C) desde que aberta mediante despacho motivado, se não houver prejuízo para a parte interessada, devendo ser divulgada pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas. O comparecimento a essa consulta não confere, por si, a condição de interessado no processo.
 - (D) não havendo necessidade de justificativa escrita no processo, tampouco de divulgação em meios oficiais, tendo em vista que, por se tratar de assunto de interesse geral, os interessados devem acompanhar o andamento dos autos, dando-se por citados quando da fixação do prazo para oferecimento de alegações escritas. O comparecimento a essa consulta confere ao terceiro, por si, a condição de interessado no processo, devendo ele acompanhá-lo, por representação, até a sua extinção.
 - (E) desde que aberta mediante despacho motivado e divulgada pelos meios oficiais, a fim de que organizações e associações legalmente reconhecidas possam examinar os autos, fixando-se o prazo para oferecimento de alegações escritas. O comparecimento a essa consulta confere ao terceiro, por si, a condição de interessado no processo, devendo ele acompanhá-lo, por representação, até a sua extinção.



43. A concessionária "Perbis" assinará um contrato de financiamento e pretende oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão de serviço público. A "Perbis"
- (A) poderá oferecer a referida garantia até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.
 - (B) não poderá oferecer a referida garantia, pois é vedado dar em garantia direitos que advenham de concessões e permissões concedidas pela Administração pública.
 - (C) deverá obrigatoriamente dar outras garantias para viabilização do financiamento, se o organismo financiador for instituição financeira pública.
 - (D) poderá oferecer a referida garantia, desde que a Administração pública seja notificada pela instituição financeira e se manifeste autorizando-a expressamente no prazo de 5 dias úteis a contar do recebimento de tal notificação.
 - (E) poderá oferecer a referida garantia, em caráter subsidiário, obrigatório, primeiramente, o esgotamento das demais garantias.
-
44. Com a finalidade de satisfazer as necessidades de toda a coletividade, em conformidade com a Constituição Federal, o Poder Público presta serviços públicos, na forma da Lei,
- (A) diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, podendo ser dispensada a licitação após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica.
 - (B) sob o regime de concessão ou permissão por meio de licitação ou diretamente dispensada a licitação.
 - (C) diretamente por meio de licitação ou sob o regime de concessão e permissão dispensada a licitação.
 - (D) diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação.
 - (E) diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, podendo ser dispensada a licitação nos casos de garantia de direitos fundamentais.
-
45. Um órgão da Administração pública direta deseja vender um prédio público desativado para uma entidade autárquica. Em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, tal alienação é
- (A) vedada, já que os bens públicos são inalienáveis.
 - (B) possível, por se tratar de um bem público dominical, desde que exista interesse público devidamente justificado e seja precedida de avaliação e de autorização legislativa, sendo dispensada a licitação na modalidade concorrência.
 - (C) possível, por se tratar de um bem de uso comum, desde que exista interesse público devidamente justificado e seja precedida de licitação na modalidade concorrência, sendo dispensada a autorização legislativa, já que não está cumprindo a função social da propriedade.
 - (D) possível, por se tratar de um bem de uso especial, desde que exista interesse público devidamente justificado e seja precedida de avaliação e de autorização legislativa, bem como de licitação na modalidade concorrência.
 - (E) possível, por se tratar de um bem público dominical, desde que exista interesse público devidamente justificado e seja precedida de avaliação e de autorização legislativa, bem como de licitação na modalidade concorrência.
-
46. Em relação aos benefícios garantidos aos segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, considere:
- I. A segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção fará jus à licença-maternidade, mediante apresentação de termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.
 - II. O direito ao salário-família cessa automaticamente quando o filho ou equiparado completar vinte e um anos de idade, salvo se inválido, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário.
 - III. A pensão por morte deve ser concedida ao dependente que se habilitar, podendo ser protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.
 - IV. O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado deixar de perceber qualquer remuneração dos cofres públicos, após sentença penal condenatória transitada em julgado.
- Em conformidade com a Lei Complementar nº 769/2008, está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) II e IV, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.

**Direito Penal**

47. Considerando o que estabelece o Código Penal, associe as duas colunas relacionando os conceitos com a sua definição.

- | | |
|--------------------------------------|---|
| I. Delito putativo por erro de tipo. | a. O agente percebe a realidade, equivocando-se sobre regra de conduta. |
| II. <i>Aberratio ictus</i> . | b. Acidente ou erro no emprego executório culminando por atingir bem jurídico diferente do pretendido. |
| III. Erro de proibição. | c. O comportamento do agente, subjetivamente, é criminoso, mas objetivamente o ato não se enquadra no tipo penal. |
| IV. <i>Aberratio criminis</i> . | d. Desvio no golpe ou erro na execução culminando por atingir pessoa diversa da pretendida. |
- (A) I-a; II-b; III-c; IV-d.
(B) I-c; II-d; III-b; IV-a.
(C) I-b; II-a; III-c; IV-d.
(D) I-c; II-b; III-a; IV-d.
(E) I-c; II-d; III-a; IV-b.

48. Acerca dos crimes contra a fé pública, o Código Penal dispõe:

- (A) Comete o crime de falsificação de documento particular aquele que falsifica bilhete ou passe de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou por Município.
- (B) Equipara-se a documento público, para fins de falsificação, o cartão de crédito ou débito.
- (C) Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.
- (D) No crime de falsidade material de atestado ou certidão é aplicável a pena de multa ainda que o crime não tenha sido praticado com o fim de lucro.
- (E) Pratica o crime de falsidade ideológica aquele que falsifica, no todo ou em parte, documento particular verdadeiro.

49. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) estabelece que, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas. De acordo com esta lei, considere:

- I. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
- II. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período mínimo de seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
- III. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente e não poderá ser fixada em período excedente a seis meses.
- IV. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- V. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
(B) II, III e V.
(C) I, II e V.
(D) II, III e IV.
(E) I, IV e V.



50. Ulisses, auditor fiscal do município, em auditoria realizada na empresa Skintrade Confecções, constatou irregularidades fiscais no referido estabelecimento. A pretexto de reduzir ou perdoar as referidas dívidas junto ao fisco municipal, exigiu do proprietário da confecção determinado valor em dinheiro. Nesta hipótese, Ulisses cometeu crime
- (A) funcional contra a ordem tributária.
 - (B) de prevaricação.
 - (C) de condescendência criminosa.
 - (D) de corrupção ativa.
 - (E) de excesso de exação.

Direito Processual Penal

51. Sobre a prisão, o Código de Processo Penal dispõe:
- (A) As autoridades policiais e seus agentes, bem como qualquer do povo, deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
 - (B) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão em flagrante, o preso deverá ser posto em liberdade.
 - (C) A custódia preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver indícios da existência do crime e de sua autoria.
 - (D) Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
 - (E) Somente no curso do processo penal caberá a decretação de prisão preventiva pelo juiz, haja vista que, durante o inquérito policial, somente é possível a prisão em flagrante delito do investigado.
-
52. Acerca da prova no processo penal, é correto afirmar:
- (A) O único documento idôneo para o reconhecimento da menoridade do réu é a certidão de nascimento.
 - (B) Se dará o mesmo valor do original à fotografia do documento, devidamente autenticada.
 - (C) As pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, deverão ser dispensadas.
 - (D) Será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência a testemunha que morar fora da jurisdição do juiz, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, que suspenderá a instrução criminal, com prazo razoável, intimadas as partes.
 - (E) O juiz, ainda que tenha notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, somente poderá providenciar a sua juntada aos autos mediante requerimento expresso de qualquer das partes.
-
53. No processo penal,
- (A) é nula a citação por edital que indica tão somente o dispositivo da lei penal, sem a transcrição da denúncia ou queixa, ou o resumo dos fatos em que se baseia.
 - (B) é absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
 - (C) a intimação do defensor constituído e do advogado do querelante far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, sendo desnecessária a inclusão do nome do acusado.
 - (D) a intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.
 - (E) as citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta precatória.
-
54. Considerando o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, a competência para
- (A) processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da qualificação do órgão expedidor, não importando a entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público.
 - (B) o processo por contravenção penal, quando praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades é da Justiça Federal.
 - (C) o processo e julgamento dos crimes relativos a entorpecentes é da justiça dos estados, salvo ocorrência de tráfico para o exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal.
 - (D) processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, ainda que relacionados com o exercício da função, é da Justiça Estadual.
 - (E) o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino é da Justiça Federal.

**Segurança Pública**

55. Em consonância ao disposto na Lei Federal nº 4.878/65, no que se refere às penas disciplinares, respeitando-se os demais dispositivos pertinentes ao tema, o funcionário policial ao
- (A) não se apresentar, sem justo motivo, ao fim de licença, para o trato de interesses particulares, comete transgressão disciplinar de natureza grave, sujeitando-se à pena de suspensão.
 - (B) simular doença para esquivar-se do cumprimento de obrigação, comete infração leve, sujeitando-se à pena de suspensão.
 - (C) faltar à verdade no exercício de suas funções, por malícia ou má-fé, comete infração grave, sujeitando-se à pena de suspensão.
 - (D) permutar serviço, sem expressa permissão da autoridade competente, comete infração leve, sujeitando-se à pena de repreensão.
 - (E) deixar, habitualmente, de saldar dívidas legítimas, comete infração leve, sujeitando-se à pena de repreensão.

56. Nos casos de cassação de aposentadoria de funcionário policial da Polícia do Distrito Federal, a imposição da referida pena disciplinar é competência do
- (A) Prefeito do Distrito Federal.
 - (B) Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.
 - (C) Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.
 - (D) Diretor de Divisão do Departamento Federal de Segurança Pública.
 - (E) Delegado Regional.

57. De acordo com a Lei nº 9.266/1996, no que se refere à organização das classes da carreira Policial Federal, considere:
- I. O ingresso no cargo de Perito Criminal Federal far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se formação superior e quatro anos de atividade profissional, exigidos no ato da posse.
 - II. O ingresso no cargo de Perito Criminal Federal far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se formação superior e três anos de atividade profissional, exigidos no ato da posse.
 - III. O ingresso no cargo de Perito Criminal Federal far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se formação superior e específica.
 - IV. O ingresso no cargo de Delegado de Polícia Federal, realizado mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, é privativo de bacharel em Direito e exige três anos de atividade jurídica ou policial, comprovados no ato de posse.
 - V. O ingresso no cargo de Delegado de Polícia Federal, realizado mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, é privativo de bacharel em Direito e exige um ano de atividade jurídica ou policial, comprovados no ato da inscrição no concurso.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e V.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e V.



58. Considere as seguintes infrações penais:

- I. Sequestro, se o agente foi impelido por motivação política.
- II. Formação de cartel.
- III. Roubo ou receptação de cargas, inclusive bens e valores, transportadas em operação interestadual, quando houver indícios da atuação de quadrilha em mais de um Estado da Federação.
- IV. Falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.
- V. Furto contra instituições financeiras, incluindo agências bancárias ou caixas eletrônicos, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação.
- VI. Quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

Quando houver repercussão internacional ou interestadual, o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça poderá, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados no artigo 144 da Constituição Federal, em especial as Polícias Militares e Cíveis dos Estados, proceder à investigação, dentre outras, das infrações penais que constam em

- (A) III, V e VI, apenas.
- (B) I, III, V e VI, apenas.
- (C) I, II e VI, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV, V e VI.

59. A União poderá firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública. Em relação às atividades de cooperação federativa, no âmbito da segurança pública, e em face da insuficiência dos convênios firmados e da necessidade de excepcional interesse público, é correto afirmar:

- (A) Os militares e os servidores mobilizados para a Força Nacional de Segurança Pública poderão nela permanecer pelo prazo máximo de três anos, prorrogável por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, mediante anuência específica do respectivo ente federado convenente.
- (B) Os militares e os servidores mobilizados para a Força Nacional de Segurança Pública poderão nela permanecer pelo prazo máximo, não prorrogável, de dois anos.
- (C) Os militares e os servidores mobilizados para a Força Nacional de Segurança Pública poderão nela permanecer pelo prazo máximo, não prorrogável, de quatro anos.
- (D) A mobilização para a Força Nacional de Segurança Pública dos reservistas será restrita àqueles que contarem mais de um ano de serviço militar e menos de nove anos de serviço público e que atenderem às demais condições estabelecidas na lei e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- (E) A mobilização para a Força Nacional de Segurança Pública dos reservistas será restrita àqueles que contarem com, no máximo, um ano de serviço militar e menos de cinco anos de serviço público e que atenderem às demais condições estabelecidas na lei e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

60. Constitui-se atribuição exclusiva do Coordenador de Polícia Legislativa

- (A) inspecionar, na forma de instruções superiores, a entrada e saída de volumes e objetos.
- (B) propor ao Presidente da Câmara Legislativa normas internas de segurança e manter entendimentos sobre licença de porte de arma, quando for o caso.
- (C) emitir e controlar o uso de credenciais de identificação de servidores e visitantes.
- (D) realizar ações de coleta, busca, estatística e análise de dados de interesse policial, destinadas a orientar a execução de suas atribuições.
- (E) realizar diligências e serviço cartorial em apoio às atividades das Comissões Permanentes e Temporárias, inclusive as das Comissões Parlamentares de Inquérito.